

Mag
Ox
Uniz



Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus
Casa de Acolhimento

Demonstrações Financeiras
Período de 2025

Índice

Relatório de Gestão	4
1. Introdução	4
2. Evolução de rendimentos e ganhos	4
3. Evolução de gastos e perdas	5
4. Investimentos.....	6
5. Acontecimentos após a data do Balanço	6
6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal	6
7. Notas finais.....	6
Balanço	7
Demonstração dos Resultados por Naturezas	8
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
1. Identificação da Entidade.....	12
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	12
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	12
3.1. Bases de Apresentação	13
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	14
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	19
6. Inventários.....	20
7. Rédito	20
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
9. Benefícios dos empregados	20
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
11. Outras Informações.....	21
11.1. Investimentos Financeiros	21
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
11.3. Clientes e Utentes	21
11.4. Outras contas a receber	22
11.5. Diferimentos.....	22
11.6. Caixa e Depósitos Bancários.....	22
11.7. Fundos Patrimoniais.....	22
11.8. Fornecedores	23

Handwritten signature

11.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
11.10.Outras Contas a Pagar.....	23
11.11.Fornecimentos e serviços externos.....	23
11.12.Outros rendimentos e ganhos.....	24
11.13.Outros gastos e perdas.....	24
11.14.Resultados Financeiros.....	24
11.15.Acontecimentos após data de Balanço.....	24

Relatório de Gestão

1. Introdução

A Casa de Acolhimento designada por Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, propriedade da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, Instituto Religioso de Vida Apostólica e de Direito Pontifício.

Fundado em 1893 com o nome de Asilo-Colégio do Sagrado Coração de Jesus, é uma Instituição Católica que se orienta pelos princípios apresentados nos seus Estatutos, aprovados pelo Bispo da Diocese, nos termos do Art.º 454 do Código Administrativo.

Destina-se a acolher crianças e jovens do sexo feminino em situação de perigo com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos que residam ou se encontrem em território nacional a quem foi aplicada uma medida de promoção e proteção de acolhimento residencial.

O acolhimento de crianças e jovens numa Casa de Acolhimento constitui uma medida de proteção contra maus-tratos, negligência e/ou incapacidade educativa dos seus progenitores ou substitutos que impossibilitam a existência de condições básicas para o desenvolvimento integral dessas crianças/jovens.

2. Evolução de rendimentos e ganhos

Durante o ano 2025 a Casa de Acolhimento registou um ligeiro aumento subsídios atribuídos pela Segurança Social e a manutenção dos donativos obtidos. Registou também um aumento considerável nos juros obtidos.

O quadro abaixo apresenta a variação ocorrida no período.

Rendimentos	2025	2024	Variação €	Variação %
Juros	6.373,54	658,81	5.714,73	867%
Subsídios do Estado e outros entes públicos	407.739,59	392.202,54	15.537,05	4%
Outros subsídios e donativos	13.215,74	13.228,65	(12,91)	0%
Total	427.328,87	406.090,00	21.238,87	5%

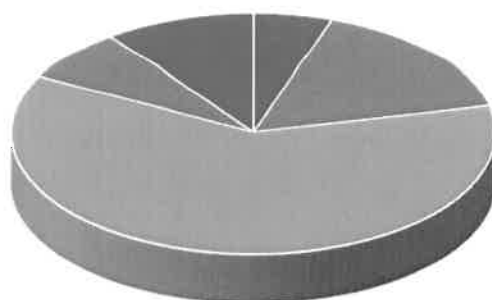
Handwritten signature:
Naf
on
Hiz

Subsídios	2025	2024	Variação €	Variação %
LARES E INTERNATOS DE CRIANÇAS E JOVENS	281.159,85	273.574,15	7.585,70	3%
PROGRAMA SER+	91.774,20	91.774,20	-	0%
ABONOS	34.805,54	26.854,19	7.951,35	30%
Total	407.739,59	392.202,54	15.537,05	4%

3. Evolução de gastos e perdas

A estrutura de gastos manteve-se inalterada durante o ano 2025, à imagem do que verificamos em 2024 e 2023. Os Gastos com pessoal continuam a representar a maior fatia dos gastos com um peso de 61% na totalidade dos gastos. Em segundo lugar temos os Fornecimentos e serviços externos com um peso de 16% face à totalidade dos gastos incorridos. Em 2025 os Gastos com Pessoal registaram um aumento face ao ano anterior, ao contrário dos Fornecimentos e Serviços Externos que registaram uma diminuição generalizada em todas as rubricas, totalizando uma redução de 10.757 euros.

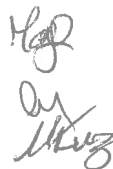
Gastos e Perdas



- » Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas
- » Fornecimentos e serviços externo
- » Gastos com pessoal
- » Outros gastos e perdas
- » Depreciações e amortizações

Em termos totais, os gastos incorridos sofreram um aumento de 14 pontos percentuais. Este aumento resulta do aumento do custo das matérias consumidas e do aumento nos gastos com pessoal em resultado da atualização salarial; resulta também do aumento na rubrica de Outros gastos e resultado essencialmente do aumento da Restituição de Abonos.

	2024	2023	Variação €	Variação %
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	17.128,50	20.120,79	(2.992,29)	-15%
Fornecimentos e serviços externo	82.609,06	63.152,12	19.456,94	31%
Gastos com pessoal	239.472,38	201.139,04	38.333,34	19%
Outros gastos e perdas	19.483,85	21.929,36	(2.445,51)	-11%
Depreciações e amortizações	32.133,44	26.333,06	5.800,38	22%
Total	390.827,23	332.674,37	58.152,86	17%



4. Investimentos

O investimento de requalificação do edifício iniciado em 2023 foi concluído em 2024, por esse motivo, verificamos uma diminuição acentuada no investimento do período.

Investimentos/Desinvestimentos	2025	2024	Variação €
Edifícios e outras Construções	15.288,47	213.368,36	(198.079,89)
Equipamento Básico	1.614,31	21.066,04	(19.451,73)
Equipamento de Transporte	-	-	-
Equipamento Administrativo	562,78	71,98	490,80
Outros ativos fixos	1.326,50	6.493,84	(5.167,34)
Total	18.792,06	241.000,22	(222.208,16)

5. Acontecimentos após a data do Balanço

Não se registaram quaisquer factos que possam colocar em causa as demonstrações financeiras apresentadas bem como as suas notas.

6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal

A situação junto da Segurança Social e a Administração Fiscal encontra-se regularizada.

7. Notas finais

Agradecemos aos vários organismos públicos a confiança que depositaram nos nossos serviços; aos nossos fornecedores pela disponibilidade e compreensão; e aos diversos colaboradores e funcionários pelo rigor e vontade de colaboração.

Porto, 13 de maio de 2026

Balanço

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2025	31-12-2024
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	530.679,76	556.620,84	
Investimentos financeiros	11.1	3.825,95	3.825,95	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Subtotal		534.505,71	560.446,79	
Ativo corrente				
Inventários	6	499,89	540,09	
Estado e outros Entes Públicos	11.9	994,82	8.673,68	
Créditos a receber	11.3/4	6.819,46	9.411,14	
Diferimentos	11.5	387,36	338,52	
Caixa e depósitos bancários	11.6	518.944,43	548.599,37	
Subtotal		527.645,96	567.562,80	
Total do Ativo			1.062.151,67	1.128.009,59
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Fundos	11.7	304.535,52	304.535,52	
Resultados transitados	11.7	651.089,37	611.144,09	
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	36.000,00	37.200,00	
Resultado Líquido do período			(12.532,91)	39.945,28
Total do capital próprio			979.091,98	992.824,89
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores	11.8	4.910,66	6.420,45	
Estado e outros Entes Públicos	11.9	7.839,63	10.470,00	
Diferimentos	11.5			
Outros passivos financeiros	11.10	70.309,40	118.294,25	
Subtotal		83.059,69	135.184,70	
Total do passivo			83.059,69	135.184,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			1.062.151,67	1.128.009,59

Porto, 13 de maio de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



Maria de Jesus Sousa Montenegro
Aurora do Carmo Pereira
Márcia da Luz Amaral Martins

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração	8	420.955,33	405.431,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(23.341,39)	(17.128,50)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(71.852,02)	(82.609,06)
Gastos com o pessoal	9	(272.202,04)	(239.472,38)
Outros rendimentos e ganhos	11.12	4.549,14	6.923,74
Outros gastos e perdas	11.13	(32.210,35)	(19.483,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.898,67	53.661,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(44.805,12)	(32.133,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(18.906,45)	21.527,70
Juros e rendimentos similares obtidos	7+11.14	6.373,54	18.450,56
Juros e gastos similares suportados	11.14	-	(32,98)
Resultados antes de impostos		(12.532,91)	39.945,28
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(12.532,91)	39.945,28

Porto, 13 de maio de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

André Luís Gonçalves

A DIREÇÃO

*Maria de Jesus Sousa Montenegro
Aurora do Carmo Pereira
Maria da Luz Amaral Martins*

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2025

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade						Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
6	6	304.535,52	-	-	611.144,09	-	37.200,00	39.945,28	992.824,89	992.824,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	8	-	-	-	-	-	-	(12.532,91)	(12.532,91)	(12.532,91)
9=7+8	9=7+8	-	-	-	-	-	-	(12.532,91)	(12.532,91)	(12.532,91)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
10	10	-	-	-	-	-	(1.200,00)	-	(1.200,00)	(1.200,00)
6+7+8+10	6+7+8+10	304.535,52	-	-	611.144,09	-	36.000,00	27.412,37	979.091,98	979.091,98

Porto, 13 de maio de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Maria de Jesus Sousa Montenegro
Aurora Carmo Pereira
Mário da Luz Amaral Martins

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
6	6	304.535,52	-	-	486.618,29	-	38.400,00	122.807,46	952.361,27	-	952.361,27
7	7	-	-	-	124.525,80	-	-	(122.807,46)	1.718,34	-	1.718,34
8	8							39.945,28	39.945,28		39.945,28
9=7+8	9=7+8							(82.862,18)	41.663,62	-	41.663,62
10	10						(1.200,00)		(1.200,00)		(1.200,00)
6+7+8+10	6+7+8+10	304.535,52	-	-	611.144,09	-	37.200,00	39.945,28	992.824,89	-	992.824,89

Porto, 13 de maio de 2025

Handwritten signature

A DIREÇÃO
Handwritten signatures:
Maria de Jesus Sousa Montenegro
Aurora de Carmo Pereira
Marta da Luz Amaral Martins

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

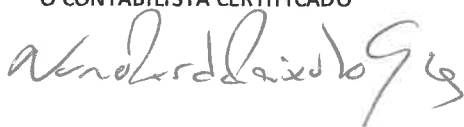
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

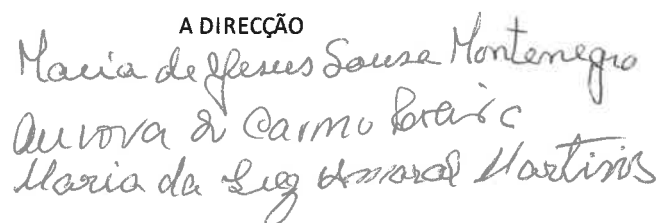
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		-	-
Pagamento a fornecedores		(97.896,50)	(120.635,48)
Pagamentos ao pessoal		(265.316,19)	(229.575,88)
Caixa gerada pelas operações		(363.212,69)	(350.211,36)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		274.491,59	415.071,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(88.721,10)	64.860,61
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		52.692,62	(150.080,96)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		6.373,54	10.099,31
Juros e rendimentos similares		59.066,16	(139.981,65)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(29.654,94)	(75.121,04)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		548.599,37	623.720,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		518.944,43	548.599,37

Porto, 13 de maio de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



Heff
Ox
Muz
B

Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: CBE – Casa de Acolhimento

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

CAE: 87901

Sede: Rua S. Dinis, n.º 76 - Porto

N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 500 844 380

Fundo: 304.535,52€

Constituída em 1928

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto – Lei 98/2015 de 2 de junho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação



Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de



juízo efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

Naz
Ay
Kiz
B

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.167.331,80	15.288,47				1.182.620,27
Equipamento básico	85.546,87	1.614,31				87.161,18
Equipamento de transporte	24.475,62					24.475,62
Equipamento administrativo	27.835,82	562,78				28.398,60
Outros Ativos fixos tangíveis	56.692,18	1.326,50				58.018,68
Activos Fixos Tangíveis em Curso	4.460,00					4.460,00
Total	1.366.342,29	18.792,06	-	-	-	1.385.134,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	676.103,56	35.952,73				712.056,29
Equipamento básico	65.365,89	3.356,69				68.722,58
Equipamento de transporte	24.475,62					24.475,62
Equipamento administrativo	26.433,10	755,97				27.189,07
Outros Ativos fixos tangíveis	17.271,30	4.739,73				22.011,03
Total	809.649,47	44.805,12	-	-	-	854.454,59

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	845.869,53	6.645,40	(16.725,00)	331.541,87		1.167.331,80
Equipamento básico	64.480,83	21.066,04				85.546,87
Equipamento de transporte	24.475,62					24.475,62
Equipamento administrativo	27.691,86	71,98				27.763,84
Outros Ativos fixos tangíveis	50.198,34	6.493,84				56.692,18
Activos Fixos Tangíveis em Curso	129.278,91	206.722,96		(331.541,87)		4.460,00
Total	1.141.995,09	241.000,22	(16.725,00)	-	-	1.366.270,31
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	625.602,16	23.613,82				649.215,98
Equipamento básico	88.020,01	3.373,07				91.393,08
Equipamento de transporte	25.336,01					25.336,01
Equipamento administrativo	25.769,27	663,83				26.433,10
Outros Ativos fixos tangíveis	12.788,58	4.482,72				17.271,30
Total	777.516,03	32.133,44	-	-	-	809.649,47

Map
de
Ulysses

Ⓟ

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	564,83	7.325,11	9.778,65	540,09	23.301,19		499,89
Total	564,83	7.325,11	9.778,65	540,09	23.301,19	-	499,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				17.128,50			23.341,39
Variações nos inventários da produção				-			-

7. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 o único rédito reconhecido foi relativo a juros.

Descrição	2025	2024
Vendas		
Prestação de Serviços	-	-
Juros	6.373,54	18.450,56
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	6.373,54	18.450,56

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025 a Entidade tinha o seguinte valor nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2025	2024
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	407.739,59	392.202,54
Doações	13.215,74	13.228,65
Total	420.955,33	405.431,19

Descrição	2025	2024
Lares e Internatos de Crianças e Jovens	281.159,85	273.574,15
Programa SER+	91.774,20	91.774,20
Abonos	34.805,54	26.854,19
Total	407.739,59	392.202,54

9. Benefícios dos empregados

Em 31/12/2024 a Entidade empregava 16 funcionários e em 31/12/2025 empregava 17 funcionários.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	220.299,14	194.693,62
Encargos sobre as Remunerações	47.492,38	42.333,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.484,44	2.325,16
Outros Gastos com o Pessoal	926,08	120,00
Total	272.202,04	239.472,38

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Fundo de Compensação	3.751,13	3.751,13
Títulos da dívida pública	74,82	74,82
Total	3.825,95	3.825,95

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025 a empresa não apresentava qualquer valor a pagar ou a receber da Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora.

11.3. Clientes e Utentes

A rubrica “Clientes” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	1.179,25	-
Utentes	1.179,25	
Total	1.179,25	-

11.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.483,60	8.351,25
Outros Devedores	2.156,61	1.059,89
Total	5.640,21	9.411,14

11.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Outros gastos operacionais	387,36	338,52
Total	387,36	338,52

11.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	95,39	-
Depósitos à ordem	18.849,04	198.599,37
Depósitos a prazo	500.000,00	350.000,00
Total	518.944,43	548.599,37

11.7. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundo	304.535,52			304.535,52
Resultados transitados	611.144,09	39.945,28		651.089,37
Outras variações nos FP	37.200,00		1.200,00	36.000,00
Total	760.465,13	39.945,28	1.200,00	991.624,89

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais inclui-se o Fundo de Socorro, subsídio a fundo perdido atribuído em 2005 para financiar obras de remodelação e instalação de sistema de incêndio da Instituição.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	4.910,66	6.420,45
Total	4.910,66	6.420,45

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	994,82	8.673,68
Total	994,82	8.673,68
Passivo		
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Singulares	1.241,50	1.328,50
Segurança Social	6.489,27	9.032,64
Outros Impostos e Taxas	108,86	108,86
Total	7.839,63	10.470,00

11.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
	Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	14.041,85	66.734,47
Credores por acréscimos de gastos	31.390,29	28.058,90
Outros credores	24.877,26	23.500,88
Segurança social		
Total	70.309,40	118.294,25

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica dos “Fornecimentos e serviços externos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	15.375,81	17.464,26
Serviços especializados	17.171,83	21.839,36
Materiais	2.058,04	1.973,77
Energia e fluidos	23.644,02	24.004,78
Deslocações, estadas e transportes	965,93	1.822,42
Serviços diversos	12.636,39	15.504,47
Total	71.852,02	82.609,06

11.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros rendimentos e ganhos	4.549,14	6.923,74
Total	4.549,14	6.923,74

11.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	619,82	107,23
Outros Gastos e Perdas	31.590,53	19.376,62
Total	32.210,35	19.483,85

11.14. Resultados Financeiros

AS rubricas de gastos e rendimentos relacionados com juros e similares encontram-se divididas da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	32,98
Total	-	32,98
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.373,54	18.450,56
Total	6.373,54	18.450,56
Resultados financeiros	6.373,54	18.417,58

11.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 13 de maio de 2026

Maria de Fátima Sousa Montenegro
Aurora do Carmo Pereira

Maria do Socorro da Silva

CC. 58328